



A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NO MEIO URBANO PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL

SOARES, Taimara.¹
BAVARESCO, Sciliane Sumaia Sauberlich.²
SANTOS, Simone Ribeiro dos³

RESUMO

O presente trabalho apresenta a importância da acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida a fim de promover o direito de ir e vir de todos os cidadãos, fazendo também, com que possam usufruir de todos os espaços disponíveis no meio urbano sem que haja algum tipo de limitação à elas. Consequentemente, também promoverá integração social resultante do convívio que a acessibilidade fornece a essas pessoas com mobilidade reduzida.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, Inclusão social, Urbanismo, XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está vinculada ao Trabalho do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Assis Gurgacz – TC CAUFAG. Sendo de autoria da acadêmica Taimara Soares, orientado pela Prof^a Esp. Arq^a Sciliane Sumaia Sauberlich Bavaresco e coorientado pela Prof^a Arq^a e Urb^a Simone Ribeiro dos Santos, na linha de pesquisa GUEDAU - Estudos e discussão de arquitetura e urbanismo.

Pretende abordar a acessibilidade com ênfase no meio urbano, com o objetivo de demonstrar e conscientizar à sociedade das dificuldades encontrados no contexto urbano pelas pessoas com algum tipo de necessidade especial ou mobilidade reduzida, dispondo da igualdade de direitos e favorecendo progressivamente a inclusão social, que poder ser oportunizada por meio da acessibilidade na arquitetura e no meio urbano.

O problema da pesquisa em questão é “Qual a importância da acessibilidade no meio urbano, como ela pode melhorar a qualidade de vida de uma pessoa portadora de necessidade especial e promover a inclusão social?”. Para tal problema foi formulada a seguinte hipótese: Através de meios acessíveis adequados às pessoas com necessidades especiais no meio

¹Discente do 8º período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: taimarasoares@hotmail.com.

²Professora orientadora, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Assis Gurgacz. Especialista em Arquitetura Paisagística pela Fundação Assis Gurgacz e em Designer de Interiores pela Universidade Paranaense – Campus Cascavel-PR. E-mail: sciliane@hotmail.com.

³Coorientadora, arquiteta e urbanista. Pós-graduanda em Paisagismo Sustentável: planejamento e projeto da paisagem urbana pela Universidade Paranaense – Campus Cascavel-PR. E-mail: arqsimoneribeiro@yahoo.com.



urbano, oportunizando acesso e uso à essas pessoas, incentivando e proporcionando um convívio social, com intuito de que a sociedade consiga rever seus pensamentos referentes aos PNEs (Portadores de necessidades especiais), amenizar um grande problema enfrentado por eles, o preconceito e a exclusão social.

Intencionando a resposta ao problema da pesquisa, foi elaborado o objetivo geral da pesquisa, que é apresentar a importância da acessibilidade através dos elementos arquitetônicos, pois mesmo com a ideologia de acessibilidade e inclusão social, existem muitos locais no contexto urbano que não são construídos adequadamente de forma eficiente e acessível para que os mesmos possam se deslocar, frequentar e usufruir de todos os tipos de ambientes existentes. Para o atingimento desse objetivo geral, foram formulados os seguintes objetivos específicos:

1. Fundamentar o conceito de acessibilidade;
2. Demonstrar a importância da acessibilidade no meio urbano;
3. Citar de que maneira as intervenções urbanas podem promover a inclusão social dos portadores de necessidades especiais.
4. Elencar as principais dificuldades enfrentadas por um portador de necessidades especiais no meio urbano;
5. Apresentar as principais soluções de acessibilidade no meio urbano

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ACESSIBILIDADE

De acordo com a NBR 9050:2015 da ABNT (Associação brasileira de normas técnicas) acessibilidade é conceitua como:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (NBR 9050, 2015).



Para Prado e Lopes e Ornstein (2010), a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais tem sido peça de aperfeiçoamento ao passar do tempo. Depois de uma altura em que os projetistas importavam-se fundamentalmente em obedecer a legislação que cuida dos direitos dos cidadãos com deficiências, ocasionalmente gerando locais de desligamento, o procedimento prosperou para projetos mais abrangedores, objetivando atender a todos.

2.2 ACESSIBILIDADE NO MEIO URBANO

Holanda (1985), aborda que atualmente a definição de espaço urbano se encontra em uma série de características primordiais do mesmo, podendo ser como em sua natureza sincronicamente física e social, ou através de sua história responsável pela indissolubilidade da relação espaço-tempo. Contudo, tais colocações caracterizam-se em partes, as diversas teorias desenvolvidas incluídas no planejamento urbano. Dentre algumas, determinou-se entidade urbana em bases reais e aplicou cidade como uma parte associada de um território social mais complexo e dinâmico. O Autor ainda relata que:

O espaço urbano, é hoje, uma área com longa história de prática profissional. Pode-se, por exemplo, considerar uma atitude de projeto aquela expressa no espaço das antigas cidades gregas e romanas, ou nas cidades da Europa medieval, ou ainda nas cidades renascentistas e barrocas (HOLANDA, 1985, p. 16).

Portanto Cambiaghi (2007), aborda que os arquiteto e urbanistas devem privilegiar o bem-estar de um maior número de pessoas, para que elas desfrutem dos ambientes concebidos, sempre que possível de modo autônomo, seguro e sem esforços desnecessários.

A pessoa com deficiência é um indivíduo que tem mobilidade reduzida, limitações, anuladas as suas condições de mobilidade ou percepção das características dos ambientes. Entretanto, alguém com redução de mobilidade ou de percepção pode ter sua deficiência minimizada na medida em que lhe sejam oferecidos recursos para que sua relação com o espaço se dê de maneira adequada. Quanto mais um ambiente se ajusta às necessidades do usuário, mais confortável ele se torna. Porém, se ocorre o inverso, quando o ambiente construído não leva em consideração as necessidades ou limitações humanas dessas pessoas,



ele pode chegar a ser mais desagradável e impróprio que o meio natural (CAMBIAGHI, 2007).

De acordo com Cambiaghi (2007), a acessibilidade aos ambientes construídos e o espaço urbano aparece como característica relevante a uma sociedade que se quer completa, ou seja, que pretende que todos possam usufruir das mesmas viabilidades. Uma das maneiras de melhorar a técnica para realizar um melhor princípio do Desenho Universal é ressaltar a função do tratamento ergonômico no andamento de projetos de ambientes como maneira de proporcionar sua utilização que abranja o maior número de pessoas. (PRADO e LOPES e ORNSTEIN, 2010)

Segundo Cambiaghi (2007), não pode perder de vista a necessidade que visa a diversidade das espécies. Contudo, o comum são os usuários diferentes que fazem uso de locais de maneira distinta que é prevista nos projetos.

Para Prado e Lopes e Ornstein (2010), a acessibilidade das pessoas aos ambientes e equipamentos tem sido peça de aperfeiçoamento ao passar do tempo. Depois de uma altura em que os projetistas importavam-se fundamentalmente em obedecer a legislação que cuida dos direitos dos cidadãos com deficiências, ocasionalmente gerando locais de desligamento, o procedimento prosperou para projetos mais abrangedores, objetivando atender a todos.

Uma das maneiras de melhorar a técnica para realizar um melhor princípio do Desenho Universal é ressaltar a função do tratamento ergonômico no andamento de projetos de ambientes como maneira de proporcionar sua utilização que abranja o maior número de pessoas. (PRADO et al., 2010)

Segundo Cambiaghi (2007), não pode perder de vista a necessidade que visa a diversidade das espécies. Contudo, o comum são os usuários diferentes que fazem uso de locais de maneira distinta que é prevista nos projetos.

Portanto Mascaró (2008), sintetiza e afirma que o espaço urbano aberto, as escadas e rampas urbanas ideais, são aquelas que podemos percorrer de forma descontraída e confortavelmente, proporcionando com que o indivíduo consiga estar centrado a atenção na paisagem e não apenas nos degraus devido as suas limitações. No caso de cadeirantes, a melhor forma de permitir acessibilidade universal aos diferentes ambientes de parques e jardins é a união entre níveis diferentes por meio de rampas, quais além de permitirem a



circulação de deficientes físicos em cadeiras de rodas, facilitam a circulação de idosos e cegos.

3. METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado foi a pesquisa bibliográfica e explicativa, por meio de livros, artigos, entrevistas, reportagens, teses de mestrado e doutorado e demais produções acadêmicas relacionados com o tema e o assunto abordado.

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 1991, p.19).

Pesquisa bibliográfica conforme Gil (1991, p. 65), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos. A principal vantagem desse tipo de pesquisa consiste no fato de permitir ao investigados a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos teóricos, pois em diversas situações não há outra forma de se conhecer dados do passado se não pela pesquisa de dados secundários.

Ainda de acordo com Gil (1991, p. 42), pesquisas explicativas tem como intuito principal, identificar os fatores que determinam ou que colaborem para a ocorrência dos fenômenos. Sendo esse, o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois revela a razão e o porquê das coisa.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

De acordo com Cambiaghi, (2007), em decorrência da conscientização a respeito dessas questões, uma conferência internacional realizada na Suécia em 1961, reuniu forças do Japão, Estados Unidos e países da Europa, com intuito de realizar métodos que reduzem as barreiras arquitetônicas para pessoas com deficiência. Então, em 1963 foi criada a Barrier-free Designer, em Washington, uma comissão que iniciou uma discussão sobre os equipamentos



urbanos, edifícios e áreas urbanas adequadas a utilização de todos, inclusive as com alguma deficiência ou com mobilidade reduzida.

O autor aborda ainda, que atualmente, a discussão sobre a inclusão social e a necessidade de uma arquitetura de um designer inclusivo é essencial. Isso pois a questão da exclusão social e da existência de pessoas que não tem acesso aos direitos mais elementares, mesmo com as leis que os asseguram, é necessário que ocupem o primeiro plano, para então, estar em pratica a igualdade de direitos (CAMBIAGHI, 2007).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a teoria seja posta e prática e se avalie a dificuldade criação de locais acessíveis à diversidade de usuários, é necessário desenvolvimento de projetos e avaliações com a funcionalidade de aplicar os conceitos de acessibilidade na pratica de projetar, desta forma, as informações obtidas e analisadas, servem de subsídios no desenvolvimentos dos projetos acessíveis em todo meio urbano (CAMBIAGHI, 2007).

Com base em todo esse contexto e com a necessidade de meios acessíveis as pessoas portadoras de necessidades especiais e o direito de igualdade a todos, os ambientes e todo o contexto urbano devem seguir normativas que proporcionam o acesso e utilização de toda sociedade, consequentemente com os ambientes e mobiliários urbanos adequados com a acessibilidade, as pessoas portadores de necessidades especiais poderão frequentar e usufruir de forma segura de tudo que uma cidade pode lhe oferecer, de modo consequente promovendo uma inclusão social.

REFERÊNCIAS

ABNT (Associação brasileira de normas técnicas). **NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2015. Disponível em: <www.abnt.org.br> Acessado em: 18 set de 2017.



CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para arquitetos e Urbanistas**. São Paulo, Editora Senac, 2007.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ – FAG. **Manual para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Cascavel: FAG, 2015.

GARCIA, Carla Cristina. **Sociologia da acessibilidade**. 1. Edição, rev. - Curitiba, PR: IESDE, Brasil, 2012.

GIL. Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HOLANDA, Frederico de V. KOHLSDORF, Maria Elaine. **O espaço da cidade: contribuição à análise urbana**. 1ª Edição. São Paulo: Projeto, 1985.

MASCARÓ, Juan Luis. **Infra-estrutura da paisagem**. 1 ed. Masquatro. Porto Alegre 2008.

LOPES, Maria Elisabete, Org; ORNSTEIS, Sheila Walbe, Org; PRADOS, Adriana Romeiro de Almeida. **Desenho Universal: Caminhos da acessibilidade no Brasil**. Editora: Annablume. São Paulo, SP. 2010.